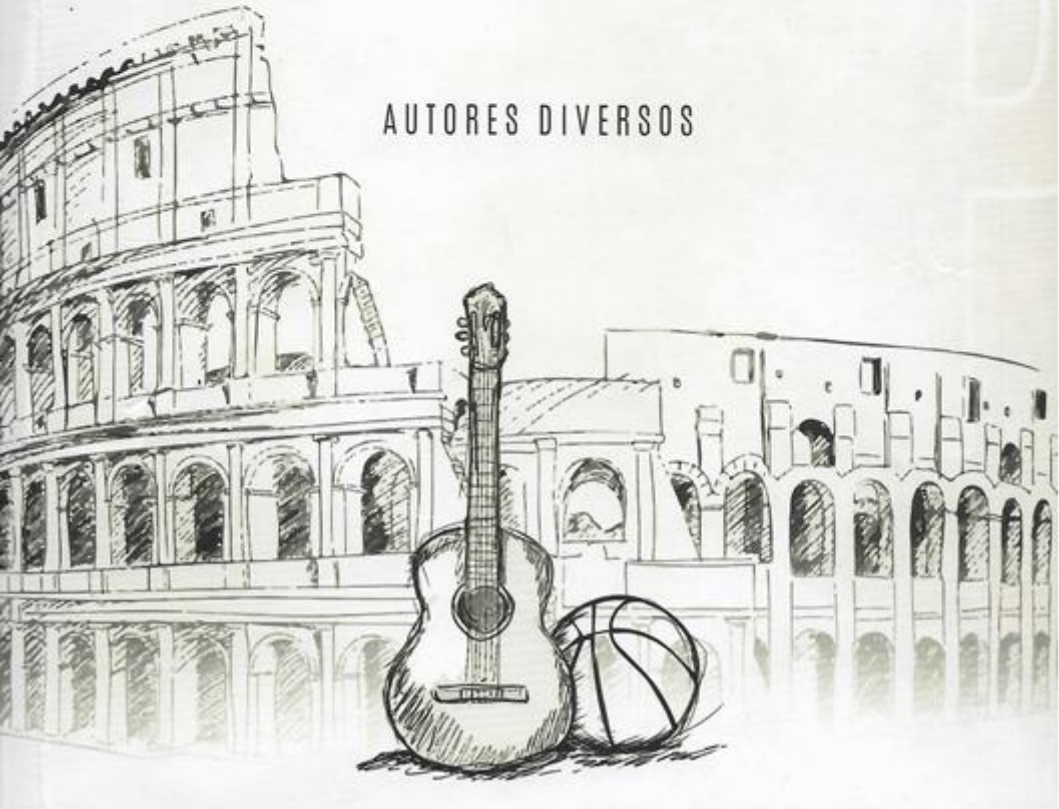
PE. SILVESTRE PHILIPPI

PASTOR DA HARMONIA

AUTORES DIVERSOS



PADRE SILVESTRE PHILIPPI
PASTOR DA HARMONIA

AUTORES DIVERSOS

2019

Copyright 2019 *by* Sebastião Salésio Herdt, Fiorindo Fontana, Lourenço Müller e José de Souza Patrício
Todos os direitos reservados

Capa
Criação de Talk Propaganda

Sugestão do título
Laudelino José Sardá

Produção, pesquisa e coordenação
Sebastião Salésio Herdt, Fiorindo Fontana, Lourenço Müller e José de Souza Patrício

Revisão
Amaline Mussi

Diagramação e editoração
José de Souza Patrício

REGISTRO NA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO
AGÊNCIA BRASILEIRA DO ISBN

Ficha catalográfica elaborada por Carolini da Rocha CRB 14/1215

P13 Padre Silvestre Philippi : pastor da harmonia / [Produção, pesquisa e coordenação Sebastião Salésio Herdt ... [et al.]. – Palhoça : Ed. dos autores, 2019.
224 p. : il. ; 23 cm

ISBN 978-85-8019-225-4

1. Padres da Igreja – Biografia. 2. Philippi, Silvestre, Padre – Biografia. I. Herdt, Sebastião Salésio.

CDD 21. ed – 200.92

Todos os direitos desta edição reservados a Sebastião Salésio Herdt, Fiorindo Fontana, Lourenço Müller e José de Souza Patrício

SUMÁRIO

A palavra dos organizadores 09

Apresentação
por Dom João Francisco Salm 11

De Sanga Morta à Gregoriana
por Antenor Naspolini 13

Entrevista com padre Silvestre Philippi
concedida a Solange Rech e José de Souza Patrício 19

Entre a estola e o diapasão
por Evilásio Volpato 50

Silvestre Philippi e o Seminário, uma sinfonia inacabada
por José de Souza Patrício 53

Vida e Lições
por Lourenço Müller 59

Um mestre muito especial
por José da Silva 79

Padre Silvestre Philippi, no Jardim dos Justos
por Deonísio da Silva 84

Padre Silvestre Philippi – Transparência e Simplicidade
por Dorival Menegaz Nandi 93

O que é ditadura?
por Antônio Afonso Felipe (Castilho) 99

Houve um homem que era só para Deus e seu povo
por Agenor Brighenti 104

Padre Philippi é Tiritomba
por Jaime Sprícigo 107

Farol que nos ilumina
por Wilson Volpato 112

Um rabecão e um aprendiz
por José Silvestre Cesconetto 114

Breves depoimentos de quem conviveu com o padre Silvestre 117
Dom Osório Bebber
Adelso Maccari
Florentino Cizeski
Gabriel Vieira
Albertino Bonetti
Jorge Darós
Jair Pedro Sachet
Pedro Bittencourt da Rosa
Gilbrair Felipe
Valdonir Marcon

Padre Silvestre Philippi – Músico e Liturgista
por Padre Elias Della Giustina 125

O amigo e referência
por Celso Buss 128

Padre Silvestre Philippi – Educação Musical
por Alcino Redivo 131

A banda
por Solange Rech (contribuição póstuma) 133

O diálogo e a lembrança – Foi assim que a história voltou à tona
por Cesário Rogério 137

Pá Phili na intimidade com a música
por Bruno Salésio da Silva Francisco 142

O despertar de uma vocação
por Padre Pedro De Biasi 147

Escola de música "A arte de Tocar"
por Lismael Ferrareis 149

Um vigário de alma generosa
(Ele sabia que roubávamos seus caramelos)
por Padre Pedro Damázio 151

Ser padre: Uma escolha nada surpreendente
por Sebastião Heidemann 153

Felipão – Um padre à frente de seu tempo
por Domingos Nandi 165

O padre que celebrava missa todos os dias
por Marcos dos Passos Souza 169

No rigor das aulas, a paixão por violão
por Estélio Menegaz Nandi 173

Caminhada com padre Philippi
por Francisco Guedin Mezari 177

Padre Silvestre Philippi, presente e presença nas comunidades
por Willian Máximo 182

Padre Silvestre Philippi, na Paróquia de Grão-Pará
por Padre Elias Della Giustina 189

Padre Silvestre Philippi, na Paróquia de Treze de Maio
por Dorival Menegaz Nandi 193

Padre Silvestre, o Philippi das ideias claras
por Celito Kestering 205

PADRE SILVESTRE, O PHILIPPI DAS IDEIAS CLARAS

Celito Kestering

INTRODUÇÃO

Em 1995, já se havia passado sobeja parcela do tempo sugerido pelos conselheiros do meio ambiente para se aprovar e sancionar a lei municipal sob cujo guiar implantar-se-ia, em Sobradinho – BA, uma reserva ecológica e arqueológica em território de remanescentes indígenas da etnia Tamoquim. Naquela área há uma feição de relevo dissecada por milenar ação erosiva de um intermitente afluente do Rio São Francisco, em quartzíticas rochas metassedimentares da Chapada Diamantina (Formação Tombador). Em seus alcantis, belos e profusos painéis de registros rupestres resistiam à ação deletéria de naturais e antrópicos agentes de intemperismo. Dispusera-se já o executivo municipal a promover nela a realização de atividades de pesquisa acadêmica, em convênio com a Fundação Museu do Homem Americano e a Universidade Federal de Pernambuco.

Um arquiteto fluminense que se especializava *stricto sensu* na área de Pré-história havia já iniciado as atividades relativas ao levantar, cadastrar e ordenar o universo artefatual arqueológico do Submédio São Francisco, quando se acometeu de incurável e fatal enfermidade. Sem o imprescindível sopro vital que, pelos alvéolos pulmonares oxigenaria o cérebro do gabaritado arquiteto pré-historiador, sustou-se a pesquisa até que se encontrasse alguém com qualificação acadêmica símil.

Não muito demorou a que a Coordenadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco e a Diretora Presidente da Fundação Museu do Homem Americano descobrissem que eu havia estudado no Seminário Nossa Senhora de Fátima e na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina. Farejaram as profissionais da ciência que, no ateneu religioso secular de Tubarão, ensinava-se e aprendia-se Francês, Inglês, Latim e Grego, requisitos imprescindíveis à compreensão de textos e artefatos relativos ao que fosse *arkaios*. Depararam-se também com informes de que, no espaço universitário que era referência cultural no Sul do Brasil, estudava-se Filosofia Pura, basilar para o reconhecimento de cristalinos atributos

(fenomenologia) ligados à castiça *arké* (ontologia) de grupos culturais históricos e pré-históricos.
Pouco tempo passou-se a que concluíssem sugerir-me desligamento das lides político-partidárias, técnico-administrativas e didático-pedagógicas da Prefeitura Municipal de Sobradinho e da Secretaria Estadual de Educação da Bahia para me dedicar à pesquisa arqueológica, histórica e pré-histórica, com o fito de preencher a lacuna que restara da morte prematura do pesquisador fluminense. Propuseram-me as divas dos estudos relativos ao patrimônio cultural pré-histórico da região Nordeste do Brasil que lhes entregasse, em diminuto tempo hábil, uma carta de apresentação do professor de quem eu reconhecesse ter recebido o melhor de minha formação, que fosse a excelência das referências que me creditassem ao ingresso no seleto meio científico. Sequer um minuto titubeei, pestanejei ou tartamudeei. Apresentei-lhes um belo documento em cuja base fixava-se a chave que de graça me fora concedida para chegar ao décimo andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco onde se me abriram amplas portas de acesso ao mestrado em História e doutorado em Arqueologia. A bendita taramela acadêmica materializava-se em uma assinatura que, gratuita e prazenteiramente concedera-me **Padre Silvestre, o Philippi das ideias claras**. Seu entendimento sobre a vida e tudo que com ela se relacionava, como gambiarras a resolverem provisoriamente reveses mecânicos de carros com avaria crônica, havia-me ajudado a superar parcialmente problemas duradouros que na bagagem emocional eu portava quando ingressei no seminário menor de Tubarão.

INFANTES ENSAIOS CIENTÍFICOS

Quando menino, quase ninguém sabe, por problemas crônicos de ambiguidade e vacuidade conceitual no universo religioso circundante, eu era um mijolo humano infeliz, amordaçado em ditames escravagistas de milenares tradições judaicas, romanas e germânicas. Como um peixe em águas baças, meu sistema emocional arfava desprovido de vigor, na carência da imprescindível cristalinidade dos conceitos basilares à compreensão e usufruto da vida. Era para mim aquele contexto uma fatalidade. Eu pressentia ter nascido para ser feliz, no respirar de ideias oxigenadas de ar puro. Por viver em meio desprovido de ideias claras, eu horrorizava o fatídico sacramento da confissão, principalmente quando no confessionário postava-se um teutônico

clérigo germânico neurótico de guerra, errante missionário nas terras do Sul de Santa Catarina. Esse sacramento que, segundo se dizia, instituíra-se teoricamente para dar leveza ao existir humano era, no operacional, um lamaçal em que o meio social me impunha rotineiros mergulhos asfixiantes.

Eu tinha a impressão de que era mal feito todo o universo das confissões que realizava com aquele padre porque, na justeza como deveria, não conseguia contar os pecados que cometera. Agravava-se o fato de que ele não tinha a mínima condição de me compreender e perdoar-me porque eu confessava minhas culpas ao carcomido ortodoxo alemão recém-chegado ao Brasil, na língua portuguesa que Getúlio Vargas impusera à colônia teutônica. Eu não tinha a menor dúvida de que o velho sacerdote os interpretava e avaliava-os com as referências tridentinas, repassadas a mim nas aulas de catequese, conforme haviam ensinado aos doutrinadores de São Ludgero - SC, os missionários germânicos de *Münster- DE*. Como receber o perdão de pecados que eu não conseguia revelar em sua exatidão plena? Não os exteriorizava em indemnidade porque, em meu juízo infantil, se os contasse trairia a confiança e jamais receberia o perdão de minha mãe cujos preceitos e procedimentos eram-me muito mais sagrados que os dez mandamentos da Lei de Deus, somados aos sete sacramentos da Igreja de Trento. Por experiência de vida austera e frugal que vivera em sua infância e juventude, defendia minha genitora que, juntas todas as tradições judaicas, romanas e germânicas não equivaliam à mínima percentagem da preciosidade de um momento de felicidade plena, no afago das pessoas que se ama.

Em tenra idade, com apenas cinco anos e sem que minha mãe soubesse, eu já tinha conceito elaborado de felicidade, com fronteiras mais que bem definidas. Pelos meus sentidos haviam renitentemente transitado céleres ninfas paradisíacas de Afrodite e, nas amenas conexões neurais de meu cérebro infante, encontrado perpétua guarida. Ensinara-me a desfrutar a partilha de libidinosos mimos uma linda adolescente que, no ápice da efervescência hormonal da puberdade, fora convidada por minha progenitora a passar uns tempos em nossa casa para participar das aulas de catequese, com o fito de se preparar para os sacramentos da primeira confissão e eucaristia.

Elaborada e compreendida a ideia básica que, na operacionalidade da construção do conhecimento científico, traduz-se como o conceito axial a que sistemicamente se agregam atributos quantitativos, qualitativos, relacionais e de intensidade, compreendi e ordenei exaustiva e freneticamente a realidade

que, pelos recíprocos sentidos, minha adolescente mestra e eu dispúnhamos à aferição e apreciação. Assim é que, definida a noção basilar de felicidade, quando pelo acúmulo de afazeres domésticos, minha mãe deixava-nos a sós, aprendi a desenvolver um universo de habilidades que a ela se subordinavam, com a bela garota, em cuja base abdominal os primeiros rebentos capilares brotavam no virginal território periférico *ad majoras labras*. Meus primeiros ensaios científicos sobre a espécie humana fizeram-se, destarte, com o reduzido universo representativo de duas unidades em análise. Com a variável da libido que operacionalmente utilizava para aferir a variabilidade das recíprocas reações orgânicas, ordenava o universo dos componentes anatômicos do corpo sapiens em duas classes, quais eram: erógenas e não erógenas. Intensificava os experimentos no conjunto de reações segregadas na primeira delas, para aferir regularidades, com o fito de identificar e reiterar generalizações com força de lei. Importa que se diga, nas infinitésimas vezes que reprisei o experimento, obtive sempre, como desejado e previsível resultado, um intenso e extenso deleite pré-orgástico pleno, infinitésimas vezes melhor que o conjunto de contrações que a ele sucedem e põem em termo ao ato libidinoso adulto. Penso que esse foi e é o embrionário arquétipo que me despertou e imprime paixão pela pesquisa que realizo sobre a identidade dos *grupos* pré-históricos do Submédio São Francisco onde remanescentes de grupos autóctones clamam por apoio, na secular luta pela sobrevivência de atributos culturais identitários, em territórios que original e milenarmente lhes pertenciam. Fascina-me o estudo de etnias autóctones porque me faculta encontrar vestígios de grupos que, por opção, não construíam templos e nem palácios sustentados nas imprescindíveis mordaças ideológicas que a eles se agregam. Eles viviam soltos pelos campos silvestres sem cerca do Nordeste do Brasil. Sepultavam seus mortos em urnas de cerâmica ou em fossas sepulcrais. Não tinham túmulos suntuosos e nem medo do fogo eterno que começou a atormentar minha vida quando, não sem traumas, em nome de Deus, no sul do estado de Santa Catarina expulsaram-me do paraíso. Eles, os índios, eram e são livres da filosofia ocidental grega, da religião judaica e das tradições romanas e germânicas que em mim promoveram doenças psicossomáticas para me anestesiarem depois os menestréis do sistema religioso ortodoxo, com divinais lenitivos traficados com o beneplácito do imperialismo. Faz muita pena os missionários colonizadores, viciados em ver a realidade distorcida pelas ideologias etnocêntricas que se cultivavam no Velho mundo, não terem

apreciado valores que, pelo respeito à diversidade cultural, deveriam ter preservado no paraíso terreal em que antes deles, nenhum abutre religioso havia plantado o pestilento conceito de pecado.

Devemos admitir que esses pobres índios, não tendo Fé, nem Lei, nem Rei, nem artes, que são ajudas e guias de uma vida racional e política, haviam caído em todas as desordens que podiam causar essas falhas gerais, e estavam de tal modo embrutecidos pela maneira de vida grosseira, fundada toda nos sentidos, que se pode dizer que não tinham senão a figura de homem e as ações de animais e, conquanto tivessem alguma forma de culto aos deuses que haviam imaginado, era tão ridículo e vergonhoso o culto quanto as coisas que adoravam.

Tinham um deus para as culturas que a terra produzia; outro para a caça; outro para os rios e as pescarias, e a todos esses deuses deixavam tempo para as festas em sua honra, e manifestavam sua adoração com alguns sacrifícios, que incluíam as mesmas coisas que recebiam, por meio de cerimônias pouco diferentes, constituídas de danças, pintura do corpo, festins quase sempre impudicos, praticando o adultério, a que não davam nenhuma importância. (...)

Como eram extremamente embrutecidos, e como a sua nudez lhes fizera perder o pudor natural, não há tipo de desregramento contra a pudicícia que não cometam, alguns em idades tão tenras que poderia parecer incrível: numa palavra, era uma desordem assustadora. Não há necessidade de dizer mais, para não ferir almas castas que pudessem ler esta pequena Relação. (NANTES, 1708 *apud* LIMA SOBRINHO, 1979, p. 4 e 6).

MINHA EXPULSÃO DO PARAÍSO TERREAL

Até a fase dos ensaios pré-científicos que realizava com minha púbere instrutora, eu era feliz e sabia, porque usufruía de extremo conforto existencial. Não me haviam ainda expulso do paraíso terreal os corvos paramentados que a religião instituía para perpetuar milenares tradições, à custa do sacrifício de amarguradas vidas regadas a profundas angústias existenciais decorrentes do sentimento de culpa que nelas se inculcava. Rotulava-se como mortal pecado, com destino consequente a infinito suplício *post mortem*, o genuíno usufruto do inocente prazer que a natureza, milenar, equitativa e gratuitamente concede aos membros do reino animal, como incentivo à perpetuação da espécie em elevada autoestima e dela os derivados bem-estar e qualidade de vida.

Na catequese que aos seis anos comecei a frequentar na sede da Paróquia de São Ludgero, por determinação de um ferrabrás da Igreja de Trento repetia-se, à exaustão, que as mais fatais desumanidades eram aquelas que se cometiam em claro desrespeito ao sexto mandamento da lei de Deus. Falava-se que, com esse ato normativo monocrático preceituava o criador do universo a que não se pecasse contra a castidade. Dizia-se que desrespeitaria acintosamente o sempiterno mandante quem em pensamentos, palavras e ações individuais e/ou compartilhadas consumasse ou desejasse realizar qualquer prática libidinosa. Caracterizava-se, assim, o simples pensar, desejar fruir ou ousar auferir qualquer prazer carnal como a mais nefasta das perversões. Para que seu perdão efetivasse-se, imprescindia o portavoz do Deus de Trento saber se o ato de perversão fora solitário ou em companhia, orientado, induzido ou consequente de um feito de sedução. Tinha que o confessor saber o tempo transcorrido entre o início e o fim da prática pecaminosa, bem como o número de vezes em que a infração ocorrera. Além disso, tinha ele que observar se se havia cumprido os cinco preceitos de uma confissão, quais eram: exame de consciência, arrependimento, propósito, acusação e penitência.

Minha mãe, por sua vez, nas diárias conversas que na intimidade familiar mantinha com seus filhos, enaltecia todas as virtudes que se coadunassem com a honradez. Porque aprendera de seu pai, ela a estimava como o atributo mor da identidade familiar Böger. Sem definir claramente o horizonte conceitual desse termo, mais que abstratamente dizia que a mais perversa das maldades humanas era a desonestidade, o descumprimento de uma palavra dada e o desrespeito.

Resta sobejo inferir que, na assimilação elaborada por minha cabeça infantil, para obter o perdão das culpas, eu teria que relatar ao confessor as ações desonestas que minha mãe considerava culpas mortais e as quase imperdoáveis impudicícias, tantas vezes quantas em meu cérebro ousassem pousar a memória e o desejo consequente de repetir o que, em tenra infância, fartamente praticara com minha pudenda pedagoga. Pesava-me na consciência, muito mais que a abóboda celeste às costas de Atlas, a certeza de que o clérigo a me ouvir em confissão não me poderia em nome de Deus perdoar porque, se para mim era tudo muito confuso, difícil era imaginar que não o seria no cérebro do neurótico padre germânico receptador dos blasfemos segredos.

Era contraditório, mas, no recôndito dos pensamentos, eu amaldiçoava todo dia o libidinoso ato genitor, responsável por meu existir. Ao travesseiro eu segredava que o não nascimento teria sido melhor, muito melhor que a vida. Lamentava profundamente a condição humana, imposta por um ato monocrático e extremamente autoritário do sempiterno criador do universo e da humanidade.

Minha náusea existencial transcendia muito os horizontes da vida. Além do tormento de uma angústia profunda, eu alimentava a certeza de que, quando morresse, os capatazes de Lúcifer e Belzebu seguramente me arrastariam para arder nas eternas chamas do inferno. Naquele lugar maldito, escuro e fétido, eu sentiria dores mais cruéis que as queimaduras de terceiro grau, enquanto houvesse nele uma fagulha do infinito fogo ardente, muito mais quente que o da fornalha em que, para apurar o açúcar mascavo, meu pai fervia por três vezes a doce garapa da cana.

Os santinhos de papel dourado que o vigário da prussiana paróquia de São Ludgero me ofertava por ocasião das visitas pastorais, roíam a essência da minha existência. Por achá-los belos, eu os colecionava. Tinha mais de cem. Diariamente os contava, contemplava-os e me convencia de que o céu deveria, realmente, ser um lugar muito bom, um paraíso, mas nele não haveria lugar para a alma que me confiara o mito mor do judaísmo. Ela fora-me imposta em imensa desarmonia com meu corpo inquieto e ávido de voluptuosos prazeres carnais.

Nas prematuras conexões neurais hiperativas de menino mais que travesso desenvolvia-se já o embrião do raciocínio científico. Pela lógica aristotélica ou tomista (eu não compreendia, mas sentia) seria impossível um menino travesso, hiperativo como eu, ser feliz no paraíso eterno dos mansos. A felicidade infinita, no éden celestial, em companhia de Deus, dos anjos e santos, tão somente seria para os espíritos puros dos calmos, quietos, castos, honestos, pudicos, cordeiros, piolhos de igreja, ratos de sacristia e/ou abestalhados.

Eu suava frio ao pensar que a eternidade não se acabaria jamais. Sentia vertigens ao matutar que minha alma era imortal. Na catequese, ensinava-se que se comparava a eternidade com um diamante, o mais resistente dos cristais, se esse medisse 216 km^3. Meu tio João Kestring havia já explicado que esse volume equivalia à distância de nossa casa, no Morro do Gato, à igreja sede da colônia alemã de São Ludgero, multiplicada pela altura e largura equivalentes.

Se nesse diamante, dizia nosso catequista, de cem em cem anos, um passarinho limpasse o bico, passaria um segundo da eternidade quando o precioso e duríssimo cristal se desgastasse por completo. Dizia-se também que no inferno havia um grandioso relógio, dependurado em lugar estratégico, visível a todos os condenados. Ao invés do tique-taque, essa demoníaca invenção luciferiana repetiria as germânicas palavras *immer und nie* (sempre e nunca). Ela lembraria aos condenados que sempre ficariam e nunca sairiam daquele maldito lugar de eterno suplício.

Eu era um mijolo humano desgraçado, condenado à insanidade mental, à debilidade física, à morte prematura e ao fogo do inferno. Alimentava-me muito mal. Não eram gostosas as comidas postas à mesa, por fartas e variadas que fossem. Quase todos os dias, atropelavam-me intensas cólicas intestinais e malditas enxaquecas. Faltava-me oxigênio quando, na escola, rezava-se o terço ou assistiam-se as missas celebradas pelo errante padre missionário acometido de todas as insanidades mentais adquiridas no cruel massacre moral imposto pelos soldados norte-americanos ao povo alemão, no final da II Guerra Mundial.

Nas noites de minha infância não havia espaço e nem tempo para sonhos. Importunavam-me renitentes pesadelos cuja temática, infalivelmente previsível, resumia-se a um tremendo e insustentável desafio que me propunha um clérigo, representante do sempiterno criador do universo, sacramentado pela Igreja de Roma, conforme ritual preceituado pelo Direito Canônico. Alvitrava o porta-voz do Deus de Trento fazer sentir-me uma minúscula cambacica (*Coereba flaveola*) cujo sentido existencial e respectiva salvação perene dependiam do dilapidar de um monstruoso rochedo, exacerbadamente resistente e áspero. No transcorrer do recalcitrante pesadelo, com apalpadelas e leves contatos faciais, eu testava a rugosidade e a resistência do enorme maciço cristalino. Sentia-me o mais asqueroso e impotente dos vermes, diante da imposição de responsabilidade muitas vezes superior ao que suportava meu franzino corpo. Acordava clamando por socorro, em soluços e copiosas lágrimas de desespero.

Às noites mal dormidas seguiam-se intermináveis dias, com enxaqueca, gastrite, astenia e inapetência, flores malcheirosas, macabras e antropofágicas da profunda e crônica náusea existencial. Quando a saúde se debilitava à exaustão, minha genetriz não titubeava em perder um dia de trabalho na roça para me entregar aos cuidados da negra mandingueira Jordina. Para apresentá-la

importa dizer que, nas terras do Patrimônio Dotal da Princesa Isabel havia nichos territoriais específicos de colonização italiana, alemã e de brasileiros, próximo aos quais habitavam os negros, índios e mestiços, destituídos de áreas próprias de refúgio. Esses formavam pequenos clãs, com o aglomerado de casebres dos filhos que, à proporção de seus casamentos, ampliavam o entorno próximo da residência da matriarca, comumente mais longeva que seu marido. Distinguiam-se dos italianos, germânicos e brasileiros, muito mais pelos costumes e crenças do que pela cor ou qualquer atributo outro de identidade. Em um desses clãs, morava a Negra Jordina, matriarca de numerosa prole, conhecida regionalmente como a mandingueira mais competente do Vale do Braço do Norte e, quiçá, do Rio Tubarão. Apesar de sua autonomásia sugerir ancestralidade africana, realizava rituais vinculados à tradição autóctone e promovia curas para doenças do mundo, das florestas e dos encantos molestados por encostos espirituais nocivos.

Como esquecer o suave perfume das plantas aromáticas que ela punha em infusão para, em ato contínuo, a cantarolar banhar-me em rústica bacia artesanal, esculpida a golpes de enxó no robusto corpo de uma autêntica morácea costeira da espécie *Ficus adhatodifolia*? Como desdenhar sua benfazeja ordem para que eu deixasse lá, com ela e seus encantados, a responsabilidade pelo desmantelar do enorme rochedo que os embatinados abutres do sistema religioso impunham-me como peçonhento e pestilento encosto espiritual?

OS PHILLIPPI QUE NO *ORCUS* EU CONHECI

Um dos primeiros membros da família Philippi que conheci no extramuro do Éden chamava-se Nicolau. Ele era irmão do padre Silvestre. Foi o professor pioneiro do curso primário elementar da Escola Estadual do Morro do Cruzeiro, quando meu tio João Kestring ainda não se havia formado. Minha *Bestmother* mandou que meus tios improvisassem a construção de uma rústica escola de madeira com sala de aula, cozinha e despensa, no terreno que ela doara à Mitra para a edificação de capela, escola e centro comunitário. Nela o professor Nicolau Philippi morava e ensinava. Regularmente, ele chegava às segundas feiras, passava a semana alfabetizando meus primos mais velhos e retornava ao seio de sua família com quem, em Armazém, desfrutava o convívio nos finais de semana. A mim chegou a informação de que ele era excelente alfabetizador. Habilitou à prática da leitura e escrita vários

estudantes, alguns dos quais, anos mais tarde, fizeram-se padres, bispos, engenheiros, advogados, médicos e professores.

Em 1959 quando, aos seis anos de idade, iniciei meus elementares estudos primários, foi naquele embrião de escola, residência e centro comunitário que meu tio João Kestring me alfabetizou, em companhia de meus colegas contemporâneos. Eram eles: Wilson Medeiros, Itamar Zapelini, Ivo Santos França, Aroldo Gerônimo, Ivo, Celso e Miriam Kestering, João e Maria Wanderlind, Ivo Schlickmann, Juceli Pedro Camilo, Valdete Daufenbach, Marcos Locks, Márcia, Célia e Valísio Phillippi. Assim foi que conheci, aproximei-me e descobri que Valísio e Márcia eram filhos de Fernando, e Célia, cria de João Philippi. Pouca aproximação eu tive com Célia porque era ela mais recatada que os demais colegas e seus pais, por morarem relativamente distantes do núcleo comunitário do Morro do Gato, não o frequentavam com a regular assiduidade que o genitor de Valísio e Márcia marcava presença na reza do terço que ali, religiosamente se fazia, nos domingos à tarde.

Lembro-me muito bem que, às nove horas, em um dos recreios que diariamente se fazia para dar destino à merenda que cada estudante trazia enrolada em pequeno pano de algodão branco, Valísio Philippi precisou utilizar a rústica privada de madeira que se havia construído em lugar um pouco afastado da sala de aula. Como de praxe, enquanto um estudante enfezado desfazia-se do bolo fecal, algum de seus colegas, para lhe fazer susto, tinha a malfadada ideia de atirar uma pedra na porta. Aconteceu que, no exato momento em que a pedra chegava ao destino pretendido, Valísio, que já terminara o afazer asséptico de suas pudendas intimidades, abriu-a e o arremessado fragmento de rocha acertou sua testa em cheio. Até hoje, esse membro da família Philippi, com quem compartilhei tempo, espaço escolar e aprendizagem de qualidade similar, ostenta na testa, como genuíno atributo de sua identidade, o troféu de uma grande cicatriz que, com o seixo anguloso, à deriva de sua vontade, desenhou-se em baixo relevo cutâneo.

Nunca esqueci e nem esquecerei tampouco de Márcia Phillippi, irmã de Valísio. A ela a dadivosa natureza prestigiou com formosura estonteante de boneca primorosa, como o fizera com a catedrática púbere que outrora, na intimidade do éden familiar, ensinara-me a ser feliz. Não havia como vê-la sem que a impudicícia caracterizada pelo ferrabrás tridentino para as sessões de catequese da colônia alemã do Vale do Braço do Norte, apresentasse-se como estratégia plausível para a concretização de sonhos de plena felicidade

perfeitamente realizáveis. Os desejos não materializados que eu plantava e regava à luz do dia, no ocaso da estrela mãe do sistema planetário nasciam como cruéis pesadelos, encouraçados na renitente temática do monstruoso rochedo a ser desgastado por minhas forças enfermiças. Em frenética virulência fizeram-se infinitamente pertinazes as macabras angústias noturnas quando nosso professor, com intenção de me punir pela inquietude congênita determinou que, em suas aulas eu sentasse próximo à musa inspiradora dos diurnos sonhos. Sua punição que à luz do dia eu interpretava como troféu, na calada da noite chegava-me como severa coima. Naquele contraditório e conflituoso cenário, eu morreria por certo se minha mãe não me entregasse celeremente aos cuidados da índia macumbeira Jordina.

Até o momento em que fui designado a cumprir a prazerosa pena de estudar próximo à menina mais bela da escola, eu conhecia Fernando Philippi, seu genitor, como espirituoso alemão encalvecido, a distribuir gracejos e bons tratos a tantos quantos em seu caminho encontrava ou em seu entorno viviam. Conheci-o melhor, porém, quando tive acesso ao que ele pensava sobre a ideologia dominante do sistema colonialista judaico, romano e germânico, e sobre quem, por razão qualquer, não a segue com fidedignidade absoluta. Para ele, assim como para a maioria dos catarinenses de origem teutônica, a negra Jordina e os demais brasileiros eram bárbaros, selvagens, ignóbeis, ignotos e indesejados. Na sua autenticidade, eles eram ninguém, o reverso do bom e do bem. Eles reconheciam-nos e valorizavam-nos na proporção direta da aprendizagem e submissão deles aos atributos de sua própria identidade, condensados nos costumes, na língua e na religião católica tridentina. Ao se encontrar com meu pai, ouvi Fernando dizer que vira minha mãe e eu a sair da casa da índia feiticeira. Argumentou que considerava aquela ação uma imperdoável fraqueza porque com ela desrespeitavam-se acintosamente as tradições romanas e germânicas. Prosseguiu o arrazoado, afirmando que, ao livrar-me de um encosto espiritual, a índia macumbeira fazia-me hospedeiro de uma divindade maligna sobre quem somente ela e seus encantados teriam controle.

O Fernando tinha um irmão padeiro na sede da colônia alemã de São Ludgero. Chamava-se Gustavo. Meu pai e eu, infalivelmente, visitávamos sua padaria onde fazíamos o desjejum, todos os domingos em que, para confessar nossos pecados e comungar na primeira missa do dia, saíamos de casa às quatro horas da madrugada. Embora mais velho e senhor da mesma

espirituosidade de Fernando, Gustavo tinha a congênita virtude de contestar e transgredir as ordens do vigário, quando necessário fosse, para atender clientes famintos na hora em que se estava celebrando a sagrada missa dominical na cidade. Quando, por uma razão qualquer, eu não o acompanhava à igreja, meu progenitor tinha o cuidado de, na padaria dele, comprar três ou quatro pães de trigo para, com extremo afeto, saciar minha vontade de comer um urbano pão de padaria, quando em casa chegava com eles embalados em sacos de papel.

Nas primeiras missas dominicais, meu pai e eu, inevitavelmente encontrávamos na igreja o velho Antônio Philippi, octogenário, nonagenário talvez, quebrantado pelo excesso de trabalho que, ao longo da vida assumira, nas lides agropastoris e na moagem de milho em atafona que implantou na margem direita do Rio Braço do Norte. Não há como esquecer o senil agricultor, ao deixar a sagrada mesa da comunhão dirigir-se ao lugar que sempre ocupava próximo ao coro, no lado direito da nave eclesial. Com passos lentos e curtos, corpo de quase dois metros, levemente encurvado, mãos postas em reverência ao sacrossanto Filho de Deus que em seu coração acabara de habitar, o devoto ancião significava-me a santidade personificada.

No coro, à frente de um polifônico conjunto de cantores, postava-se o maestro Lino Philippi, filho do velho e santo atafoneiro Antônio. Duvido que, em algum tempo, um músico em Santa Catarina, o tenha superado em teoria, prática, maestria, competência, afinação e impostação de voz que não **Padre Silvestre, o Philippi das ideias claras**.

PADRE SILVESTRE, O PHILLIPPI DAS IDEIAS CLARAS

Graças à carta de apresentação assinada pelo músico sacerdote de ideias cristalinas, eu aprendi a fazer ciência no curso de Pós-graduação em História e aprimorá-la no de Arqueologia. Lá, naquele ateneu pernambucano compreendi que, para produzir conhecimento científico de consistência e valor, com o fito de me libertar e alforriar a outrem das amarras escravagistas do saber dogmático (religioso, mitológico ou científico), eu teria que me aperfeiçoar primeiro na arte de definir conceitos. Deles se servem os pesquisadores para compreender a realidade que, no seu estado original e autêntico é sempre caótica. Ela se organiza para o bem-estar coletivo e equitativo ou para locupletarem-se poucos às custas de muitos, na dependência do projeto político que o pesquisador cultiva em seu jardim simbólico e por ele decide solidarizar-

se com a intenção de libertar ou escravizar. É por isso que, antes de caracterizar claramente as ideias, necessita-se que se defina politicamente o pesquisador. Essa empreitada não é difícil porque é com a mesma estrutura mental que se produzem conhecimentos peremptórios e científicos. A humanidade que, em seu estado genuíno seria permanentemente ávida de vida plena no aconchego dos seus cristalinos ideais libertários, faz-se escravagista quando pelo artifício da religião ou da ciência dissemina e impõe estruturas políticas e ideológicas colonizadoras. Quando se decide defender e reforçar a ideais colonialistas, vê-se pecado até na pureza da energia liberada e a consequente autoestima reforçada pelos rituais libidinosos infantis, adultos, solitários ou compartilhados. Em tese, o usufruto do prazer físico em sua genuína potencialidade animal é tão inocente quanto a nudez de uma criança ou um adulto de sistema simbólico puro. Em tudo vê pecado a mente poluída do colonizador que se deleita em contemplar o colonizado amordaçado e servil.

E viu a mulher que aquela árvore era boa para comer, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento. Tomou do seu fruto e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela. Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais. E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia; e esconderam-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim. E chamou o Senhor Deus a Adão, e disse-lhe: onde estás? E ele disse: Ouvi a tua voz soar no jardim, e temi, porque estava nu e escondi-me. E Deus disse: Quem te mostrou que estavas nu? Comeste tu da árvore de que te ordenei que não comesses? (GÊNESIS, 3, 6-11).

Não era sem razão que Aristóteles afirmava ser política a essência humana e de outras espécies animais. Em função disso, antes de me tornar cientista em busca de *arkaios* (coisas velhas), procuro atributos da *arké* (essência) de grupos marginalizados pelo sistema colonialista e escravagista. Adoto propostas teóricas e metodológicas rigorosas para, em nível de igualdade com os pesquisadores europeus e norte-americanos, saltar o pântano do isolamento e dos feudos medíocres a que se submete a América Latina pelas restrições econômicas e pelo bombardeio ideológico do neoliberalismo colonialista.

[Quero] promover mudanças profundas na estrutura social para dar voz aos subdesenvolvidos, colonizados, negros, índios, ciganos, minorias étnicas, mulheres, homossexuais, ecologistas e outros grupos discriminados. (...)

[Quero] romper com o sectarismo político e com o dogmatismo teórico ideológico que conduzem a América Latina a derrotas sociais e à incapacidade proposicional na ciência. (BATE, 1998, p. 12, 20).

Era a pureza das ideias que o Bom Homem Philippi (*Agatos Antropos Philippos*) fomentava a buscarmos em suas aulas de Grego. Argumentava que a felicidade das pessoas dependia fundamentalmente da clareza dos conceitos. Demonstrava, exemplificando, que às cabeças confundidas em três anos pela Filosofia, a Teologia precisava de quatro para organizar. Por isso, declarava ter muita pena dos neófitos que abandonassem seus estudos no interstício entre o finalizar do primeiro curso e o iniciar do segundo. Nunca esqueci e jamais esquecerei que ele chamava particular atenção a termos cujos entendimentos extrapolavam atributos de intenção e extensão. Dizia que o diferencial entre o cientista e o técnico era a compreensão da intensidade que se agrega às palavras. Observava que, em grego, a intensidade caracterizava-se por um apóstrofo cuja curvatura poderia voltar-se à direita ou à esquerda, indicando respectivamente maior ou menor vigor ou potência inerente ao termo sobre o qual se o punha.

Conceito é um termo que representa uma ideia. Os romanos compreendiam e transmitiam mensagens com o entendimento de que elas se constituíam de unidades concebidas em sua relação de afeto (amor) ou conflito (estupro) com o meio. C*onceptus* deriva-se do verbo *concipere* que se traduz como conceber. Conceito é, então, em última instância, uma prenhez mental. É uma unidade semântica do conhecimento que se gera na mente de quem engravida pelos ouvidos ou órgão sensitivo outro qualquer. *Nihil in intellectu quod non fuit prius in sensu* (Nada na mente que não tenha estado primeiramente no sentido). A quem entende conceito dessa forma é possível formular a hipótese de que Maria não havia até seu encontro com o mensageiro Gabriel, sequer concebido a ideia (virgindade conceitual) de outorgar os atributos de *Hórus* a seu filho Jesus.

Os conceitos podem ser individuais, quando se referem a indivíduos; de classe, quando concernem a conjuntos; relacionais, quando com eles se fazem comparações e quantitativos, quando se buscam precisões obtidas com números. Na compreensão pormenorizada de um objeto, amplia-se a intenção do conhecimento dos atributos que a eles se agregam. Pelo conceito da extensão, integram-se em classe as unidades em que se os identifica ou reconhece. Isso é fazer ciência. Mais que isso é putrefazer ideias pelos caminhos da vacuidade ou ambiguidade.

Se nas aulas de grego o mestre *Agatos* exigia que buscássemos a exatidão das noções expressas em cada termo, muito maior a precisão que exigia de seus discípulos na arte de solfejar, cantar ou executar partituras. Arrazoava que essa é a razão porque arte e ciência se harmonizam na exigência que em ambas se faz pela justeza dos conceitos com que se expressam sentimentos e ideias. Expressam-se sentimentos em conjuntos de notas. Definem-se temáticas nas diferentes melodias e ritmos expressos com símbolos musicais, assim como as dissertações e teses se constroem com termos organizados em relação sistêmica.

Temática é o germe a partir do qual se desenvolvem diferentes composições para representar realidades. As realidades representadas podem pertencer ao mundo imaginário ou material (sensível). Não se pode interpretar [pinturas rupestres] porque não se dispõe do código dos autores, mas se pode reconhecer, nas formas, a sua ocorrência e recorrência, assim como se pode, sem conhecimento de teoria musical, identificar diferentes formas e agenciamentos das notas que definem as temáticas. As temáticas dos grafismos conhecidos caracterizam-se pela representação de expressões corporais ou atributos complementares de identidade, como ornamentação, forma e tamanho. Nos grafismos reconhecidos, caracterizam-se pela presença de elementos básicos da geometria descritiva e seu agenciamento nas unidades gráficas. (KESTERING, 2007, p. 25).

Pela busca da cristalinidade das ideias, sob o diapasão de meu guru *Agatos Antropos Philippos*, nos cursos de mestrado em História e doutorado em Arqueologia, percebi a maravilhosa evolução que em minha vida se operou desde que, em 1963, com apenas dez anos de idade, saí da casa de meus pais. Por sucessivas e bem resolvidas ecdises paradigmáticas, desvencilhei-me dos conceitos de pudicícia ou castidade com os quais, em minha infância, o ferrabrás de Trento e seu séquito colonizador tentaram amordaçar-me em caráter definitivo e irrevogável. Sem perceber, orientei-me pelo conceito de honradez que minha mãe, porque na frugalidade e austeridade aprendera no seio de sua família, incentivou-me a adotar. No sertão tapuia semiárido eu sou feliz porque aqui o mesmo conceito de honestidade é basilar nas relações familiares e interpessoais. Ele faz com que, apesar das agruras da vida, o sertanejo seja, antes de tudo, um forte, como o caracterizou Euclides da Cunha. Pela honra, na austeridade, ele é feliz.

ECDISES PARADIGMÁTICAS, DA PUDICÍCIA À HONRADEZ

Feliz decisão aquela que me fez sair, roendo amarga saudade, do ninho quente de amor, da casa de meus pais, onde a morte rondava-me com sua gadanha afiada, usando as níveas vestimentas da tradição cultural religiosa tridentina. Em um carro de boi, sem saber, meu pai transportou-me do meio religioso **sempre árido** ao **seminário** e viabilizou minha sobrevivência. Lá eu estudei severo durante doze anos. Nos primeiros dias, a saudade de casa quase me fez desistir. Eu continuava alimentando-me mal, apesar da farta comida que se me servia. Aos tormentos existenciais vividos na infância, acrescera-se a dor da saudade. Aos poucos, porém, comecei a me afeiçoar pela vida do claustro onde vivi, com intensidade, a mudança no horizonte conceitual de Deus, promovida e fomentada pelo Concílio Vaticano II. Quando terminei o curso de Filosofia, eu já estava relacionando-me muito bem com a vida. Alimentava-me como um padre santo e dormia como um porco farto. O seminário deixou-me um jovem saudável, com disciplina e fantástica referência cultural. Eu ainda tinha medo do inferno, mas ele não me atemorizava como nos tempos passados de minha infância.

No ateneu religioso de Tubarão, fomentava-se o consumo de Deus como lenitivo. Lá ele ainda tinha para mim rótulo de remédio, analgésico, anestésico, droga e ópio. Sua ingestão criava dependência física, emocional e mental, mas o conceito que lá prevalecia porque se cultivava a respeito do criador do universo e da humanidade aliviou-me, por um bom tempo, as angústias, as dores existenciais, os traumas e as doenças que o dogmatismo religioso criara na minha infância. Criou espaço para munir-me de uma bagagem cultural que poderia muito bem ser utilizada como asas para o voo nupcial que eu necessitava fazer do **seminário** ao **Semiárido**.

Cheguei à cidade de Rodelas, no sertão nordestino, na primeira quinzena de março de 1975, com o objetivo de organizar os trabalhadores rurais para enfrentamento conjunto de problemas que a construção da Barragem de Itaparica traria, inundando as terras ribeirinhas do Rio São Francisco. Pretendia evitar, através da conscientização e organização dos trabalhadores rurais, que se repetissem os impactos sociais e traumas da relocação de que, com a construção de uma barragem na região de Sobradinho fora vítima parcela significativa da população ribeirinha.

Apaixonei-me por Ducilene no primeiro momento em que a vi na Igreja São João Batista que os índios da Etnia Tuxá, com orientação de missionários

capuchos franceses e italianos construíram e reiteradas vezes ampliaram, à proporção que, pela prosperidade da aldeia que se fez freguesia, vila e cidade, fizeram-se necessários alargamentos. A índia púbere que se me apresentou tinha fortes e incontestes traços fisionômicos da Etnia Massacará em cujo território, nas cabeceiras do Rio Vaza-Barris, ao longo de séculos, implantaram-se fazendas e cidades como Jeremoabo, Uauá, Canudos e Euclides da Cunha. (Fig. 3). Muito mais bela que minha pubescente docente impudica e dedicada à produção de conhecimentos pré-científicos concernentes à anatomia humana quando eu era infante, inspirou-me tudo que a mais bela flor da família Philippi, no seio da colônia teutônica catarinense fantasiou-me possível concretizar em relação conjugal perene.

A Doce Lua e eu lutamos e relutamos contra nossos sentimentos e os interesses libidinosos dos respectivos corpos. Tivemos disciplina, estrutura emocional e cultura suficiente para controlar, por algum tempo, os imperativos genéticos que tinham então virulência aditivada pela efervescência hormonal da juventude. Retornaram-me as dores de cabeça e os problemas digestivos de minha infância. Eu vivenciei, novamente, conflitos existenciais homéricos porque não queria trair a confiança da Igreja, dos padres, da família e nem da comunidade cristã catarinense. Para auferir o paraíso *post mortem*, eu jurara fidelidade perene em meu casamento que, pelo sacramento da ordem, estava prestes a celebrar com a Igreja. Das cinzas em que jaziam reergueram-se os fantasmagóricos pesadelos de minha relação de conflito com a grande rocha que, no *Orcus* existencial, eu era desafiado a desgastar. Depressão e problemas psicossomáticos fizeram com que ressurgisse das cinzas o inferno vivido na puerícia. O sentimento de culpa antecipava, para minha atribulada vida terrena, o báratro a que estava predestinado viver por toda a eternidade.

Quando pela vez primeira viu-nos sentados à praça, conversando como duas inocentes asas brancas (*Patagioenas picazuro)* que na Caatinga do Sertão Semiárido habitam em profusão, chamou-me a uma conversa o sargento de reserva, meu futuro sogro, então delegado de Uauá. Convocou-me a um diálogo franco sobre as intenções daquele relacionamento que lhe pareceu sério e de consequências irreversíveis. Disse-lhe eu, de pronto, que não se preocupasse porque, em consequência de meu compromisso com a Igreja conservara-me casto por mais de duas décadas e o faria pelo resto de meus dias. Não seria por sua bela filha Massacará que abdicaria de meu trato com a Igreja. Argumentei-lhe que o celibato era um sinal sensível de meu pacto com a

milenar instituição religiosa católica, apostólica e romana. Contra argumentou, de chofre, o delegado uauaense. Disse que, para ele e o povo sertanejo, a castidade dos neófitos ao sacramento da ordem representava absolutamente nada. Afirmou-me, com categoria e respeito, que valor real tinha o casamento alicerçado na honradez, a primeira das instituições e respectiva exigência divina maior. Para lhe dar incentivo e sustentação, continuou ele, Deus criou as mulheres com apetite sexual inerente e os homens com um casal de culhões para honrarem obrigação eterna de respeito à pureza dos sentimentos despertados em cria de cabra macho. Expôs-me que, na intimidade familiar, sua predileta filha havia segredado seu púbere coração pulsar frenético e descompassado, sua respiração ofegar por falta de oxigênio e em seu virginal baixo ventre sentir estranho frenesi, quando seu olhar trigueiro pousava nos verdes lumes oculares do jovem missionário catarinense.

Ato contínuo, o velho remanescente guerreiro da Etnia Massacará, mandou chamar sua pudica filha. Relatou com detalhes a conversa que, de homem para homem, tivera comigo. Autorizou-nos a comer as frutas de todas as árvores do libidinoso paraíso exceto a da honra que, por dizer respeito ao brotar de novos rebentos familiares teria que ser previamente abençoada pela Igreja e pelo Estado. Com voz firme e olhar severo ordenou que a todo preço lutasse pela felicidade plena de sua filha, mesmo que isso custasse o rompimento com milenares tradições de qualquer natureza, religiosa, científica ou cultural, que fosse principalmente o da castidade. Exigiu-me, assim, com sua bênção e a qualquer importe, solidarizasse-me com sua cria no usufruto das respectivas reações orgânicas que as íntimas carícias proporcionam. Dias depois desse ritual familiar eu entendi o valor da honra sertaneja, quando vi o pai de minha então pudenda noiva emprestar um revólver de calibre 38 a um amigo seu cuja filha engravidara sem prévias bênçãos institucionais. Ele, o pretenso genro de seu comparsa de farda teve lavrada sentença de morte e execução sumária levada a efeito por deixar sua noiva solitária na responsabilidade de criar o rebento familiar que brotara da sexual relação plena. Anos mais tarde, quando acometido de fatal enfermidade veio a falecer o velho guerreiro Massacará, descobri que, de fato, ele morreria se necessário fosse, para resgatar a honra de sua filha cujo destino pusera em minhas mãos. No fundo de um baú, ele guardara, enrolada em um lenço com cujas extremidades fizera dois muito bem apertados nós cegos, a certidão de casamento de sua cria predileta. Entendi que estava disposto a descer à mansão

dos mortos, ao inferno se necessário e possível fosse, para pegar-me pelo cós da calça e exigir o cumprimento das responsabilidades que eu assumira com ele na intimidade de sua sagrada residência e família.

Casamo-nos, quase três anos depois, no dia 24 de dezembro de 1977, na Igreja São João Batista e no Cartório de Rodelas, sacramentando a sacrílega união, desalinhada com a tradição religiosa católica tridentina que me impusera o castíssimo celibato como condição *sine qua non* para o exercício eclesial nobre da instituição. Ser leigo era ser vulgar. Implicava tornar-se mortal comum. Ducilene e eu, por determinação genética, fizemo-nos plebe, ralé da aristocracia católica apostólica romana e escória da hierarquia eclesial da América Latina. Nodoamo-nos no lamaçal da existência humana comum. Deixamos de ser quase divinos, porta-vozes de Deus, para sermos amordaçados pelos vis e torpes reclamos da impudicícia carnal. Consumamos, em plenitude, nosso infinito e prazeroso amor, ambos pela vez primeira e com toda a honradez pessoal e familiar preservada, três dias depois de casados, na casa paroquial de Sobradinho - BA onde o vigário, amigo nosso, hospedava-se somente aos finais de semana.

Hoje, graças à carta de apresentação que **Padre Silvestre, o Philippi das ideias claras**, e à aprendizagem conquistada nos cursos *stricto sensu* realizados no Programa de Pós-Graduação de História e de Arqueologia na Universidade Federal de Pernambuco, tenho noções cristalinas sobre a vida e as rupturas paradigmáticas e epistemológicas que, por serem necessárias à consecução da felicidade plena, neles se me ensinou a fazer. Padre Silvestre morreu, é bem verdade, mas **o Philippi das ideias claras vive no centro de meu sistema simbólico, cultuando o Deus da Libertação e da Honra que nele habita.**

7 CONCLUSÃO

A propósito e em tempo, se o Deus que eu quero (creio) fosse absoluto, seria o mesmo de Akenaton, Herodes, Pilatos e tantos facínoras que promoveram e/ou promovem o fortalecimento de instituições monocráticas, imperialistas e colonialistas que sobrevivem à custa da desgraça de multidões escravizadas por ditames dogmáticos. Ele teria guarida em esplêndido palácio de altíssimas galáxias de onde gerenciaria o destino dos humanos mortais a quem confiaria o futuro de almas imortais (eternas) enquanto vivessem no planeta solitário do pronto e perfeito sistema solar. Para minha felicidade,

graças à bendita carta de apresentação de **Padre Silvestre, o Philippi das ideias claras**, sou cientista evolucionista na área de Arqueologia. O Deus que hoje eu creio (quero) é relativo e real. Ele é a **ideia límpida** que habita o centro da estrutura do sistema simbólico (mapa cognitivo) das pessoas de boa vontade. Se o sistema simbólico dos humanos se constitui de utopias, Deus é minha utopia mor, o motor de minha história. Como arqueólogo, eu tenho o privilégio de acessá-Lo pelo estudo de artefatos e estruturas que resultam das ações derivadas do conceito cristalino que os humanos têm da Divindade Mor. Assim, pela cultura material e imaterial reconheço o Deus relativo e verdadeiro de Abraão, Isaac, Jacó, Aristóteles, Helder Câmara, José Rodrigues, Mário Zanetta, Lourenço Tori, Francisco, Espinosa, Feuerbach, Einstein, Silvestre Philippi, Augusto Böger, Paula Becker Böger, Luiz Kestering, Matias Ribeiro Massacará, Maria Anunciada Soares, Maria de Carvalho Tamoquim, Daniela Truká e Cordolina Tuxá, no produto materializado de suas crenças.

Ele, o **Padre Silvestre** facultou-me entender ser real não o que é, mas o devir, a honra como utopia mor, o sonho dos sertanejos a quem o sistema colonialista, durante séculos, exclui e oprime. Hoje, graças ao **Philippi das Ideias Claras**, eu grito a plenos pulmões: **Deus existe. Ele é Amor, Libertação, Honra e Vida Plena**. Infelizmente, em minha infância Ele era sistematicamente vilipendiado no seio da colônia teutônica em que nasci. Viva a **Honra Sertaneja**, minha Utopia Mor!

REFERÊNCIAS

BATE, Luís Felipe. **El Proceso de Investigación em Arqueología**. Barcelona: Mondadori S.A, 1998.

GÊNESIS. Disponível em: www.bibliaonline.com.br. Acesso: 11 jan 2019.

KESTERING, Celito. **Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA**. 2007. (Tese). Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2007.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma Missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris.** 1708. Tradução e comentários de LIMA SOBRINHO, Barbosa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com. Acesso: 09 jan 2019.

SALVAN, Roque. **7º Pároco no Município de Morro da Fumaça – SC: Documentário do Pe. Silvestre Philippi**. Disponível em: http://paroquiasaoroque-mf.blogspot.com. Acesso: 11 jan 2019.